

POLÍTICA DE C&T E SUA GESTÃO NOS EUA E NO REINO UNIDO

**Relatório do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira
da viagem aos EUA e ao Reino Unido
- 20 a 30 de Abril 1999**

ESTADOS UNIDOS: WASHINGTON

Acompanhantes nos EUA: Manoel Montenegro, Philip Yang, da embaixada, e Maurício Jorge, na conversa com o BID.

American Academy of Sciences

Fui recebido pelo Presidente, Bruce Albert, e outros diretores. Estavam muito interessados no Brasil. A academia é mais do que um sistema de honorarias para os melhores cientistas do país. É também, senão principalmente, uma organização pública não-estatal especializadas em dar conselhos científicos para os diversos setores do governo, cobrando por esse serviço uma taxa. Esta é uma tradição antiga da academia, que remonta Lincoln. A academia tem um staff de 1100 empregados, mas o pareceres são escritos por cientistas não pagos. Eles apenas recebem passagens e per diem. Chegando uma encomenda, e acertado o preço, a academia nomeia um grupo de pesquisadores de reconhecida competência para realizar o trabalho. O staff encarrega-se de atividades auxiliares. Pronto o primeiro draft, o parecer é submetido a um segundo grupo, que o revisa. Se não houver acordo, um cientista adicional é convidado para funcionar como árbitro. Afinal, quando se chega a um razoável consenso, o parecer é enviado para o órgão encomendante, e, ao mesmo tempo publicado.

O sistema de aconselhamento público realizado pela National Academy of Sciences é uma instituição liberal, no sentido positivo do termo, democrática. Os Conselhos de Pesquisa podem ir contra a política que o governo está adotando. “Talvez dez anos mais tarde venha a ser adotada”, disse-me Bruce Albert. Mas isto não incomoda o governo, muito menos os congressistas. O debate e a transparência são mais importante do que o segredo e a “perfeita consistência”, que o próprio

segredo, a eliminação das divergências dos documentos oficiais, garante de forma perversa na administração burocrática.

Vou conversar com os Eduardo Krieger e os diretores da Academia Brasileira de Ciência, para saber do seu interesse por um modelo deste tipo.

Em tempo: as ciências humanas estão amplamente representadas na National Academy of Sciences, e muitos dos aconselhamentos envolvem pesquisadores nesta área.

Howard Hughes Foundation

É uma grande fundação que financia exclusivamente pesquisa na área médica. Está em Maryland, praticamente dentro de Washington, ao lado National Institutes of Health. Tem um orçamento de grants de 500 milhões de dólares. Financia pesquisas, pagando o salário completo dos pesquisadores, os quais, entretanto, são professores das Universidades. Não tem ela própria centros de pesquisa. Está muito bem instalada. Fui recebido para almoço pelo presidente, Dr. Purnell Chopin, e pelo diretor Joseph Perpich, além de membros do staff. Estão muito satisfeitos com seu programa internacional de Howard Hughes Scholars, sendo um deles o nosso Fernando Reinach.

National Institutes of Health

É uma enorme organização de fomento a pesquisa e pesquisa. Orçamento de 15 bilhões de dólares, que vem crescendo aceleradamente. 80 dos seus recursos vão para fomento, 15 por cento para seus próprios institutos de pesquisa, e 5 por cento para a administração. Fui recebido pelo novo Diretor do Fogarty International Center, Gerald T. Keusch, especializado em doenças infecciosas tropicais e bom conhecedor do Brasil, que mostrou-se muito interessado em cooperação com o Brasil, e, mais amplamente, com a América Latina. O NIH emprega apenas 1 por cento em auxílios aos ao exterior. Keusch espera que essa porcentagem seja aumentada.

Atualmente o NIH dá bolsas para visitante, que ficam aqui cerca de um ano (aproximadamente 40 brasileiros por ano), e as universidades que recebem seus grants nos EUA podem fazer acordos de cooperação com pesquisadores brasileiros. As relações são das universidades americanas com as brasileiras. Sugeri um sistema mais institucionalizado, ele se mostrou interessado, mas vê dificuldades em escolher países. Que as universidades o façam não há problema. De qualquer forma, está interessado em voltar a conversar. Fiquei de enviar-lhe a lista dos grupos de pesquisa em ciências da vida classificados como A1@, e de conversar com João Yunes a respeito.

Perguntei se o NIH usa referees externos. Sim, mas raramente. Sugeri que fizéssemos um cadastro dos pesquisadores brasileiros no exterior, para que os

possamos usar em comitês de revisão por pares. Sugeriu que fizéssemos um cadastro dos pesquisadores brasileiros no exterior, para que os possamos usar em comitês de revisão por pares.

National Science Foundation

É a instituição americana que mais se parece com o CNPq. Tem um orçamento de 4 bilhões de dólares. Fui recebido por sua diretora, Rita Colwell, uma senhora de alto nível. Ela, como uma outra diretora presente, reserva um dia para trabalhar em seu laboratório e atender alunos.

Minha primeira pergunta foi sobre as áreas prioritárias. O processo de definição de prioridades, como no NHI, é complexo, envolvendo o Congresso, que tem a palavra final. De qualquer forma há alguns setores claramente prioritários: tecnologia da informação, particularmente a Internet II e, através desta, o ensino a distância; meio ambiente, em especial biodiversidade; introdução de organismos geneticamente modificados, educação de engenheiros, relacionamento universidade-indústria. De um modo geral a preocupação é com pesquisa básica relevante.

Procurei saber também sobre a gestão dos fundos. Há diretores adjuntos para cada área de pesquisa. Estes são auxiliados por gerentes de programas, que recebem as propostas, as examinam, chamam o comitê de pares, e dão seu parecer ao diretor adjunto. Em seguida o processo vai para diretoria de orçamento e administração, que verifica a existência de verba e libera os pagamentos.

Havia no passado a tendência a sobrecomprometimento por parte dos gerentes de programa. Institui-se, então, uma regra simples: o gerente de programas só pode comprometer o correspondente a 65 por cento de seu orçamento para o próximo ano. Depois disso deve esperar o início do ano seguinte para completar o orçamento.

BID

Almocei com Henrique Iglesias, em um almoço com a diretoria do banco. Fiz pequeno discurso sobre meu novo trabalho e o apoio que esperava contar do Banco.

Na reunião do trabalho, na qual fui acompanhado adicionalmente por Maurício Jorge, que está assumindo a função de captação de recursos na Secretaria Executiva, e a conselheira da Diretoria do Brasil, Bety Grosskopf. Do lado do BID participaram Silvia B. Sagari, Chefe da Divisão de Finanças e Infra-estrutura Básica 1, Juan Manoel Fariña, Chefe da Divisão de Operações Regionais 1, @ Menezes, e Cláudio Moura Castro.

Primeiro, discutimos o projeto, já adiantado, de apoio ao sistema meteorológico. Embora o empréstimo contemple também os demais ministérios envolvidos,

principalmente o Ministério da Agricultura, ficou claro que o BID está a par da indefinição institucional existente na área e espera uma definição a respeito. Vou procurar avançar nessa área.

Segundo, discutimos o nosso interesse por um projeto que beneficie o Nordeste. Os técnicos do BID propuseram que acoplemos nosso projeto ao do Banco do Nordeste. Fiquei de falar com seu presidente, Byron Queiroz.

Terceiro, falamos sobre a renovação do empréstimo ao FNDCT e à FINEP. Em relação a esta, os técnicos demonstraram sua preocupação com a excessiva inadimplência. Falei sobre a reorganização do MCT, e os novos papéis da FINEP e da SETE (Secretaria Especial de Tecnologia e Empresa). Ficamos de iniciar a preparação de novo projeto.

Jantar com Cláudio Moura Castro

Incluo neste relatório porque afinal foi um jantar também de trabalho. Cláudio Moura Castro observou que a tendência dos países da OCDE é de subsidiar ao invés de financiar pequenas empresas com projetos tecnológicos inovadores e arriscados. Nesses termos faria pouco sentido dar fundos à FINEP para financiamento.

Esclareci a política do MCT a respeito – política que apresentei mais resumidamente na reunião com os técnicos do BID.

Nos termos da reorganização do MCT, a FINEP e a SETE trabalharão de forma complementar e associada. Temos quatro possibilidades em relação a pequenas e médias empresas com projetos de risco:

financiar,

participar do risco,

participar de uma empresa de *capital venture* que participe do risco,

e subsidiar.

A FINEP é responsável pelas três primeiras tarefas, a SETE pela quarta.

A FINEP continuará responsável pela avaliação das empresas e a operação do FNDCT, mas sua gestão fica com a SETE e com a Comissão já criada para decidir sobre o uso dos fundos, que tem a participação do Secretário da SETE, o Presidente da FINEP, e o Coordenador da Vice-Presidência do CNPq. Os subsídios ocorrerão na forma de *matching funds*.

Comissão de Ciência e Tecnologia da House of Representatives do Congresso

Tive uma reunião primeiro com os técnicos, chefiados por Richard M. Russell, e, em seguida, com o deputado F. James Sensenbrenner Jr., Republicano de Wisconsin, presidente da comissão.

O deputado está interessado em tornar permanente a lei de incentivo fiscal que permite que as empresas abatam duas vezes suas despesas com R&D. Esta lei vem sendo aprovada anualmente, juntamente com o orçamento, mas tem-se mostrado tão importante que se pretende torná-la permanente. Dessa forma além de incentivar a despesa em R&D estimulará o investimento, que depende de uma perspectiva de mais longo prazo para as empresas.

Não deixa de ser significativo que um deputado republicano esteja interessado em dar mais força a um mecanismo de renúncia fiscal em um país que fala tanto em não intervenção do Estado na economia e em ajuste fiscal.

OSTP – Office of Science of Technology Policy

É o órgão de coordenação e formulação de política de ciência e tecnologia do Presidente. Fui recebido por seu chefe, Neal Lane, que corresponde ao Ministro de Ciência e Tecnologia, e por Amy Flatten, assessora. O OSTP não tem poder sobre os Conselhos de Pesquisa, mas logra levar adiante as políticas do Presidente graças ao fato de estar situado estrategicamente ao lado do Office of Management and Budget, tendo influência sobre os orçamentos dos Conselhos de Pesquisa.

O instrumento de trabalho fundamental do OSTP é o National Science and Technology Council. Este conselho, semelhante ao nosso CCT, mas, como o CCT, o Presidente raramente comparece. Possui, porém, um número grande de comissões e de grupos de trabalho, cujos temas refletem as prioridades. Entre as comissões, que solicitam pesquisas, temos

COMISSÃO SOBRE O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS

Programa de Pesquisa sobre Mudança Global

Pesquisa sobre Tóxicos e Riscos

Pesquisa sobre Desastres Naturais

Pesquisa sobre a Qualidade do Ar

COMISSÃO SOBRE PROBLEMAS INTERNACIONAIS

Força-tarefa sobre Doenças Infeciosas Emergentes

Países-chave: Rússia, Japão, China

COMISSÃO SOBRE SEGURANÇA NACIONAL

Controle de Tecnologia para Não-Proliferação de Armas

Proteção de Infra-Estrutura Crítica para Pesquisa e Desenvolvimento

COMISSÃO SOBRE CIÊNCIA

Operação e Instrumentalização de Facilidades para Usuários

Avaliação da Parceria Governo/Indústria

Pesquisa sobre o Genoma das Plantas

Pesquisa sobre Segurança dos Alimentos

Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes

Biotecnologia

C&T do Futuro

COMISSÃO SOBRE TECNOLOGIA

Parceria para a Geração de Novos Veículos

Tecnologia da Informação

 Iniciativa Internet II

 Comitê de Assessoria Presidencial sobre TI

Tecnologia da Construção

Tecnologia dos Materiais

Pesquisa e Desenvolvimento sobre Transportes

Nano-Tecnologia

GRUPOS DE TRABALHO

 Sobre a Reforma dos Laboratórios Nacionais

 Sobre a Segurança da Aviação

Ficou claro para mim que precisamos usar mais ativamente o nosso Conselho, através da formação de mais comissões e de grupos de trabalho, de forma a poder usar melhor os cientistas e a sociedade civil em geral na formulação da política de ciência e tecnologia.

É interessante notar que as prioridades não têm muito a ver com o desenvolvimento econômico do país, mas com a solução de problemas políticos e sociais relacionados com a ciência e tecnologia.

Millenium Project

Almocei com Philip Griffith, presidente do Institute of Advanced Studies da Universidade de Princeton, que está coordenando nos EUA o projeto dos Centros de Pesquisa Millenium, iniciado pelo Chile. Este projeto contará com uma pequena organização pública não-estatal de coordenação (e consagração internacional). O almoço foi marcado por Jacó Palis, porque o IMPA será um dos quatro institutos de pesquisa que formarão inicialmente organização.

Manifestei meu apoio à idéia, e a disposição do Brasil de cooperar.

NEW YORK

Acompanhantes: Gylvan de Meira Filho, José Domingos Miguez, Min. Enio Cordeiro, Sec. Manoel Montenegro, Sec. Bárbara Távora, Sec. Adriano Pucci.

Nações Unidas: 4a. COP sobre Mudança do Clima - Consulta Ministerial Informal

A Presidente da COP4 (Convenção das Partes 4), Maria Júlia Alsogaray, da Argentina, propôs uma reunião extraordinária de ministros em setembro, em Berlim. Os países do G-77 opuseram-se, exceto o Brasil.

Na segunda parte da reunião os países desenvolvidos salientaram a importância de que os inventários nacionais fiquem prontos antes do previsto (janeiro 2001), e que a COP-6 seja adiada de novembro de 2000 para a primavera de 2001 (porque, segundo disseram informalmente, em novembro haverá um presidente eleito mas não empossado nos Estados Unidos). Há uma razão adicional provável: a partir dos inventários relatados pela SBSTA querem pressionar os países em desenvolvimento a fazer comprometer-se de meta – o que não está previsto no Protocolo de Kyoto.

Os países em desenvolvimento insistiram que a agenda deveria ser a prevista no Buenos Aires Plan, que prevê ênfase nos três mecanismos (Implementation Mechanism, Joint Initiative Mechanism, e CDM - Clean Development Mechanism), e nos trabalhos do SBSTA – Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice. O Brasil acompanhou, mas insistiu na importância, adicional, das comunicações nacionais (inventários de emissões) dos países em desenvolvimento ficarem prontas rapidamente. Manifestou sua preocupação com o não cumprimento das metas do Kyoto Protocol pelos países em desenvolvimento e na falta de ratificação do tratado por esses mesmos países. Observou que não há razão para os países em desenvolvimento fiquem na defensiva, e adotarem posições dilatórias, como não é razoável que a agenda da reunião começasse com os “concerns of developing

countries”. Quem devem estar na defensiva e ter “preocupações” são os países em desenvolvimento, que não estão cumprindo seus compromissos.

Três ministros (significativamente os ministros das três maiores economias do mundo) manifestaram seu interesse em uma conversa privada comigo, demonstrando a importância estratégica que seus países – Estados Unidos, Japão e Alemanha – estão atribuindo ao Brasil nessa matéria. Esta importância deriva do tamanho do país e da possibilidade que ele tem de servir de intermediário entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Deriva também do papel ativo que tivemos na Convenção da Mudança de Clima, em 1992, no Protocolo de Kyoto, graças, em grande parte, ao papel científico (e negociador) desempenhado por Gylvan Meira, que tirou os países em desenvolvimento de uma posição puramente defensiva.

O representante americano, Frank Loy, Subsecretário de Estado para Assuntos Globais, manifestou seu interesse em uma reunião mais extensa com o Brasil. Dispuse-me a recebê-lo a qualquer momento. Se isto não fosse possível, marcaremos uma reunião em Bonn, em setembro, um dia antes da reunião informal de ministros. O representante alemão, Jürgen Trittin, Ministro do Meio-Ambiente, deixou claro que gostaria que esperava que o Brasil desempenhasse um papel de intermediário. O representante japonês, Hiroharu Koike, Embaixador para Assuntos Ambientais Globais, finalmente, foi além, e declarou explicitamente que gostaria que o Brasil seguisse a Argentina e o Kazaquistão, e se dispusesse a adotar uma meta voluntária de emissão. Disse a todos que isto me parecia difícil, mas que estava pronto a desempenhar um papel de intermediação, que a posição do Brasil em muitos casos se aproximava da dos desenvolvidos, dado o grande interesse do governo – e da opinião pública – de evitar o aquecimento da terra. Em lugar de uma meta, que seria inviável politicamente, me parecia mais realista que o Brasil completasse logo sua Comunicação Nacional (o inventário de emissões) e passasse a defender firmemente não apenas que os demais países em desenvolvimento fizessem o mesmo, mas que o fizessem seguindo padrões reconhecidos por todos e plenamente auditáveis.

Global Environment Facility

Encontro informal com Emma Torres, que administra nosso projeto na GEF. Esta entidade vem financiando todo o trabalho brasileiro relativo à mudança do clima, particularmente os trabalhos para a Comunicação Nacional. Seu *grant*, de US\$ 1,5 milhões; está terminando. Conversei com ela sobre a extensão e eventual duplicação do programa, ao mesmo tempo que afirmei minha determinação de dar maior importância e institucionalidade ao tema dentro do Ministério. A GEF, que tem o apoio do PNUD e do Banco Mundial, considera também importante essa institucionalização.

Adicionalmente solicitei apoio para financiar uma melhor definição do CDM, e as entidades brasileiras que estão interessadas em preparar projetos-piloto dentro do espírito do mecanismo.

REINO UNIDO

Acompanhantes: Embaixador Rubens Barbosa (na primeira visita e no almoço na Câmara de Comércio), Adhemar Seabra Cruz Jr., da Embaixada Brasileira, Manoel Montenegro, e Mr. Simon Mennell, do Foreign Office.

A visita às instituições de ciência e tecnologia do Reino Unido teve caráter oficial. Fui convidado do governo britânico, tendo o Foreign Office se responsabilizado por todos os encontros e por meu transporte no país. Como ocorreu na minha viagem semelhante que fiz em abril de 1995, organizada pelo British Council, quando estava interessado na reforma gerencial da administração pública, fui extraordinariamente bem tratado, e as informações que obtive foram de grande valia. O embaixador Rubens Barbosa, por sua vez, teve novamente um papel decisivo para o êxito da visita.

Office of Science and Technology (OST)

Comecei a visita à Grã-Bretanha com uma entrevista com o Ministro de Estado para a Ciência, Lorde Sainsbury of Turville. Ele dirige o Office of Science and Technology, que é responsável pela política de ciência e tecnologia. O Office faz parte do DTI – Ministério de Comércio e Indústria (Department of Trade and Industry). Conversa franca e agradável com Sainsbury. Em matéria de política de ciência e tecnologia o governo trabalhista não adota uma política de induzimento ativo. A opinião das empresas industriais (e não apenas dos próprios cientistas), segundo me informou, é de que os conselhos de apoio à pesquisa se dediquem à pesquisa básica, cujo conteúdo deve ser decidido espontaneamente pelos cientistas.

Mostrou preocupação com o que vem acontecendo com a opinião pública inglesa em relação aos alimentos geneticamente modificados. Não acredita, porém, que venham a ser proibidos. E revelou interesse em cooperação com o Brasil, principalmente na área espacial. Disse-lhe teríamos grande interesse em uma cooperação mais estreita.

Em seguida, conversei com Alan Wooton, diretor do Programa Link, e com David Rawlins, diretor assistente do Programa Foresight.

O OST, que é muito parecido com o OSTP nos Estados Unidos, com a diferença que não tem a mesma proximidade do Orçamento, já que faz parte do Ministério da Indústria e Comércio. Seus dois principais instrumentos de ação são o Programa Link, através do qual se procura incrementar as relações entre as empresas e as universidades, e o Programa Foresight, que faz as vezes do nosso CCT, e procura, através de uma análise projetiva, estabelecer prioridades para a pesquisa científica no Reino Unido.

O Programa Link é o principal instrumento para dar apoio às pesquisas em parceria entre a indústria e a base de pesquisa. Conta com um grande número (61) de programas, cada um deles monitorado por uma Comissão de Administração do Programa, que supervisiona o programa, o avalia, o recomenda para obtenção de fundos para financiar as pesquisas de R&D. O financiamento fica por conta dos Conselhos de Pesquisa.

Há programas Link para todos os setores (cerca de 37), reunidos em cinco títulos: Eletrônica/Comunicações/Tecnologia da Informação, Alimentação/Agricultura, Biociências/Medicina, Materiais/Químicas, Energia/Engenharia.

O Link tem objetivos semelhantes aos dos Painéis Setoriais de C&T que estamos planejando.

O Programa Foresight, intimamente relacionado com o Link, ao mesmo tempo que procura estabelecer prioridades para futuras pesquisas, é um instrumento para que as empresas se posicionem no mercado em função dos estudos prospectivos que realiza. Esta última é, na verdade, a principal função de Foresight. Dessa forma o governo ajuda as empresas a se tornarem mais competitivas. Lançado em 1994, o Foresight tem como objetivos identificar oportunidades de mercados e a ameaças significativas, identificar capacidades emergentes, salientar as áreas onde são necessárias políticas públicas, regulação, e treinamento. Desenvolver redes de cooperação.

O Programa Foresight tem um Conselho de Direção formado pelo Ministro de C&T e por cientistas, altos oficiais do governo, líderes associativos, e empresários. Não há representação formal dos ministérios, já que os conselheiros têm seu posto por características pessoais. O Foresight corresponde, portanto, ao CCT, mas é menos formal, e mais voltado para as empresas ao invés de para a ciência e tecnologia.

Existem 18 Grupos ou Projetos Foresight, entre os quais Tecnologias Inovativas para um Mundo Mais Limpo, Cadeia de Alimentação, etc.

Dos projetos Link como dos Foresight participam ativamente as associações de classe.

Engineering and Physical Sciences Research Council

O Reino Unido possui 6 Conselhos de Pesquisas semelhantes ao CNPq. Meu contato foi com Neil Williams, Diretor Internacional do Conselho.

Williams confirmou o caráter pouco indutivo dos conselhos de pesquisa britânicos. Observou, entretanto, que no seu conselho, de forma muito previsível, as relações dos engenheiros com as empresas é muito maior do que o contato dos cientistas das ciências básicas.

O Conselho opera de forma muito parecida com o CNPq. As comissões de pares, entretanto, tendem a ser maiores, com a convocação de parte da comissão cada vez, para evitar o compadrio. Esta política, que já começou a ser aplicada por Tundisi, poderia ser aprofundada na nossa gestão.

Rutherford Appleton Laboratory do Council for the Central Laboratory of Research Councils

Situado no caminho para Oxford e Manchester. Fui recebido por Gordon Walker, diretor do laboratório. Trata-se de um grande laboratório cujo principal equipamento é um acelerador de neutrons, que, como o nosso síncroton, serve todos os cientistas do Reino Unido, além de prestar serviços a diversos países, o principal dos quais é o Japão. Trata-se de equipamento moderno e poderoso. Além do acelerador, o laboratório tem outros serviços, como o de teste de satélites artificiais, e produz alguma pesquisa própria, na área, por exemplo, dos equipamentos miniaturizados.

É considerado um sétimo Conselho de Pesquisa, porque presta serviços às universidades e centros de pesquisa, mas, na verdade, é um centro de pesquisas. Sua natureza jurídica, como, aliás, de todos os Conselhos de Pesquisa, Universidades e Centros de Pesquisa isolados da Grã-Bretanha, é a de uma entidade autônoma, uma organização pública não-estatal. Não é, entretanto, como as nossas organizações sociais, porque não tem orçamento direto do Estado. Todos os recursos que obtém derivam dos serviços que presta aos Conselhos de Pesquisa da Grã-Bretanha e dos demais países.

University of Manchester Institute of Science and Technology (UMIST)

Seu reitor, Bob Boucher, foi encontrar-me no Rutherford Appleton Laboratory. Não confundir com a Universidade de Manchester. Trata-se de uma universidade de ciências exatas e tecnologia situada também em Manchester. É importante nessa área. Possui um relacionamento ativo com as empresas através de uma estratégia muito interessante. A universidade criou uma empresa que realiza duas tarefas: de um lado é responsável por todos os relatórios enviados por pesquisadores e departamentos para

os órgãos de apoio à pesquisa, ou seja, os Conselhos. De outro lado, é a empresa que administra a incubadora e que é responsável pelos serviços que a universidade presta, através de seu pessoal, às empresas. O conhecimento das pesquisas lhe dá uma posição estratégica para oferecer serviços a empresas já constituídas e também a ajudar o surgimento de novas empresas.

Universidade de Oxford

Almocei com o Vice-Chancellor, Colin Lucas (o chancellor é a rainha), com Susan Iverson, Pro-Vice-Chancellor for Science, e com meus amigos Leslie Bethell, diretor do Centre for Brazilian Studies, e Alfred Stepan.

A Universidade está interessada em ter alunos brasileiros, e conhece bem a sistemática das bolsas sanduíche e do pós-doutorado logo após o doutorado. Disse a eles que um dos meus candidatos a doutor teve uma bolsa sanduíche em Oxford, e que a universidade se revelou excelente para isto, dado o acesso que o candidato tinha junto aos professores em consequência do sistema inglês de doutorado, que é tutorial ao invés de se basear em aulas formais. Mas observei que seria interessante que a universidade indicasse alguém para ser uma espécie de coordenador dos pedidos de bolsa. O reitor imediatamente indicou o Centro de Estudos Brasileiros para realizar essa tarefa. Colin Lucas deverá visitar o Brasil em agosto.

Oxford também possui um Science Park. Ou melhor, dois. Um antigo, que foi surgindo aos poucos, e um novo, que está sendo empreendido e financiado pela própria universidade, para aluguel para as empresas.

Higher Education Fund Council of England- HEF

Jantei com Brian Fender, Chief Executive do Higher Education Fund Council of England. Jantar interessantíssimo, com uma pessoa cheia de entusiasmo pelo que faz bom conhecedor do Brasil.

As universidades inglesas, como os conselhos e o próprio HEF, são todas organizações públicas não-estatais. Elas se auto-financiam em aproximadamente 25 por cento. Suas receitas se originam das taxas pagas por alunos (limitadas a 1.000 libras por ano para os alunos britânicos mas sem limite para alunos estrangeiros), das taxas de cursos de educação continuada, e dos serviços a empresas. Os restantes 75 por cento são financiados pelo Estado, sendo que 75 por cento através do HEF, e 27 por cento através dos Conselhos de Pesquisa. Os 75 por cento do HEF, por sua vez, se dividem em 50 por cento para ensino e 25 um orçamento-bloco para pesquisa.

Enquanto os Conselhos de Pesquisa financiam por projeto de pesquisa, o financiamento da pesquisa e da publicação pelo HEF é em bloco, a partir de uma

avaliação por pares feita cada quatro ou cinco anos. Enquanto o valor dado ao ensino varia pouco por universidade, dado o número de alunos, o valor-bloco da pesquisa varia violentamente, chegando a ser no limite 100 vezes maior por professor nas universidades mais dedicadas à pesquisa em relação às menos. Fender está satisfeito com o sistema, considerando que o sistema de avaliação tem ajudado a aumentar a eficiência e qualidade do ensino e da pesquisa no Reino Unido.

Feder mostrou grande interesse pelo Brasil, onde esteve há cerca de duas semanas, no Paraná, de férias. Mas acabou dedicando um dia todo a um seminário interno da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que deverá, como as demais universidades estaduais do Paraná, se transformar em organização social. A partir desse seminário o HEF colaborará ativamente com aquela universidade, inclusive ajudando a aumentar sua capacidade gerencial, para que a mudança ocorra com êxito. “Todo o problema, observou, é dar autonomia gerencial às universidades ao mesmo tempo que se aumenta sua responsabilização (*accountability*).”

Informou também que está patrocinando a cooperação entre universidades do Rio de Janeiro (não apenas estaduais) com universidades inglesas. “É uma cooperação sem dinheiro, observou, em que nosso papel é colocar os pesquisadores de alto nível existentes nas universidades a trabalharem juntos”.

Não é difícil entender porque meu relacionamento com Brian Fenders foi tão caloroso. Além de dirigir um fundo (público não-estatal) que é o instrumento principal da autonomia e da responsabilização das universidades inglesas, todas elas com um estatuto jurídico muito próximo ao das nossas organizações sociais, e de estar apoiando uma experiência nesse sentido no Paraná, ele tem uma visão semelhante à minha em relação à cooperação internacional. O objetivo principal não é transferir dinheiro para o Brasil (a não ser quando se trata de pesquisas ambientais, que interessam diretamente os países desenvolvidos), mas facilitar a colaboração entre nossas instituições de pesquisa de primeira linha. Os recursos apenas na direção do Brasil de todos os países desenvolvidos é pequeno e não aumentará. Quando colocamos como objetivo da cooperação aumentar essa transferência, perdemos perspectiva do que é realmente importante para o país, que é participar de redes de trabalho em que estejam presentes os melhores centros de pesquisa do mundo.

Universidade de Cambridge

Almocei com o Vice-Chancellor, Alec Broers, e com Quentin Skinner, Pro-Vice-Chancellor (e notável historiador das idéias políticas), David Livesey, Secretário Geral, Tony Wilson, Chief Executive da Cambridge: Cambridge University Press, e com James Mirrlees, prêmio Nobel de economia em 1997. Não conversamos sobre bolsas: o tema havia sido amplamente discutido quando o reitor almoçou comigo em Brasília.

Broers perguntou o que queria conversar. Sugerí que conversássemos, de um lado, sobre o financiamento das universidades britânicas, e, de outro lado, sua relação com as empresas: “the two ends”, como observou Broers. A conversa foi muito interessante. Do lado do financiamento Broers observou que, embora o sistema de avaliação fosse muito trabalhoso, e, no caso de Cambridge, ajudasse pouco, no caso das universidades menores é muito importante. Manifestou, por outro lado, sua preocupação com a tentativa dos Conselhos de Pesquisa de aumentar sua participação no financiamento em detrimento do fundo-bloco, que tem um papel importante em financiar a infra-estrutura de pesquisa das universidades.

Na conversa sobre a relação com as empresas observou que o Reino Unido ainda não conseguiu um Silicone Valley, embora Cambridge seja quem está mais perto disto. Durante muito tempo houve uma reação negativa às relações de Cambridge com as empresas. Esta atitude mudou totalmente nos últimos 30 anos, e Broers, que é engenheiro e foi um importante executivo da IBM, é a melhor prova disto.

Science Park do Trinity College

Fomos recebidos por Jeremy Fairbrother, diretor, e Senior Bursar. É o maior parque tecnológico no Reino Unido. Foi sendo construído nos últimos 30 anos. É um bom empreendimento imobiliário para o Trinity College. A construção dos laboratórios das empresas vem sendo financiada de formas diversas. Em certos casos o College assume a responsabilidade, mas crescentemente são as próprias empresas que o fazem.

St. John's Innovation Centre

Fomos recebidos pelo diretor, Walter Herriot. Trata-se de uma incubadora dinâmica, que também dá assessoria às empresas da região em matéria empresarial. A conversa com Herriot foi muito interessante. Existem no Reino Unido cerca de 50 incubadoras, das quais 10 realmente merecem esse nome. Da mesma forma existem cerca de 50 parques tecnológicos (*science parks*) dos quais também não mais que dez são verdadeiros. Esta informação confirmou meu incômodo com a existência de 800 incubadoras no Brasil...

Associação de Alunos de Pós-Graduação Brasileiros no Reino Unido

Conversei com seus dirigentes, @. A conversa foi principalmente sobre o funcionamento das bolsas sanduíche. E da necessidade de uma melhor orientação do CNPq em relação ao problema. Foi uma ótima conversa. Solicitei que fizessem sugestões por escrito, estou também interessado no assunto.